

FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAMRN

PORTARIA N.º 036/2023

"Institui a Comissão Permanente de Licitação para atuar nas contratações públicas, única e exclusivamente, nos procedimentos conduzidos pela Lei n.º 8.666/93, no âmbito do Poder Legislativo Municipal".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com base nos termos do artigo 31, II, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mossoró, e

CONSIDERANDO a edição da Medida Provisória n.º 1.167, de 31 de março de 2023, que altera a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar a possibilidade de uso da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei n.º 12.462, de 4 de agosto de 2011;

CONSIDERANDO a nova redação dada pela Medida Provisória n.º 1.167/2023 aos artigos 191 e 193 da Lei n.º 14.133/2021;

CONSIDERANDO a continuidade da aplicação do regime de contratação com fundamento na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a serem regidos de acordo com as regras previstas na legislação até então em vigor;

CONSIDERANDO os termos da Instrução Normativa CPGCP n.º 001/2023 da Comissão Permanente de Governança das Contratações Públicas da Câmara Municipal de Mossoró, que dispõe sobre os procedimentos administrativos que deverão ser adotados para aplicação da nova Lei de Licitações (14.133/2021), bem como da manutenção da aplicação da lei n.º 8.666/93, de acordo com o estabelecido na Medida Provisória n.º 1.167, de 31 de março de 2023;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Mossoró possui todos os meios e normas necessárias para licitar e contratar com amparo nas leis ainda vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Comissão Permanente de Licitação - CPL da Câmara Municipal de Mossoró/RN, com a função de receber, examinar, e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, contratações diretas e cadastramento de licitantes, competindo-lhe ainda, adjudicar os objetos licitados aos respectivos vencedores, única e exclusivamente, dos atos dispostos na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º. Designar os servidores abaixo relacionados para constituírem a Comissão Permanente de Licitação - CPL com as funções que seguem:

- I. - **Francisco das Chagas de Farias**, exercerá a função de Presidente da Comissão Permanente de Licitação;
- II. - **Carlos Eduardo Vieira Dias**, exercerá a função de Membro da Comissão Permanente de Licitação;
- III. - **Maiza Fernandes de Souza Araújo**, exercerá a função de Membro da Comissão Permanente de Licitação;

Art. 3º. Os servidores especificados nesta portaria desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos a partir da assinatura desta até o dia 30 de dezembro de 2023, conforme estabelecido na Medida Provisória n.º 1.167/2023.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário. Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se,

Publique-se, Cumpra-se.

PALÁCIO RODOLFO FERNANDES,

Mossoró - RN, 14 de abril de 2023.

LAWRENCE CARLOS AMORIM DE ARAÚJO
PRESIDENTE

Publicado por: Lawrence Carlos Amorim de Araújo
Código Identificador: 50378858